



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS TRABALHADORES DA EGR

Aos vinte e três dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, reuniram-se os trabalhadores da EMPRESA GAÚCHA DE RODOVIA S/A - EGR, na Avenida Borges de Medeiros nº 261, no auditório 3º andar, nesta Capital, com a seguinte ordem do dia: Avaliar proposta da negociação coletiva de trabalho data-base 1º de junho de 2015 – SEMAPI x SESCON x GOVERNO. A mesa foi composta pelos Diretores Colegiados do SEMAPI, João Gabriel Rosa dos Santos, presidindo, Artur Vandolmir Vargas da Silva e Paulo Roberto Pereira Rocha, auxiliando, o que foi aceito pela plenária. Após a leitura do Edital, passou-se a fazer uma retrospectiva das negociações e da proposta pelos Diretores do Sindicato. Depois de prestados os esclarecimentos solicitados, a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada pela maioria dos trabalhadores(as), como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE - As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2015 a 31 de maio de 2016 e a data-base da categoria em 01º de junho. **CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA** - A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em empresas de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de fundações estaduais**, com abrangência territorial em RS. **Salários, Reajustes e Pagamento Piso Salarial** -

CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL REGIONAL - Fica assegurada aos empregados que percebam salário básico inferior ao maior piso salarial regional, exceto piso para técnicos de nível médio, uma parcela salarial complementar mensal até o referido valor, com natureza salarial, servindo de base de cálculo exclusivamente para as seguintes parcelas: gratificação natalina, férias, adicional de tempo de serviço, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, horas extras, sobreaviso, adicional de insalubridade ou periculosidade ou penosidade, aviso prévio, adicional noturno e 1/3 de férias. **Reajustes/Correções Salariais - CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL** - A partir de 1º de junho de 2015 os salários dos empregados representados pelo sindicato profissional serão reajustados em 6,13% (seis inteiros e treze centésimos por cento), percentual este que incidirá sobre os salários de maio de 2015. **PARÁGRAFO ÚNICO** - As perdas residuais do poder aquisitivo dos salários no período de 1º de junho de 2014 a 31 de maio de 2015 poderão ser objeto de negociação na próxima data-base (Junho/2016). **Pagamento de Salário – Formas e Prazos - CLÁUSULA QUINTA - DAS DIFERENÇAS** – As eventuais diferenças decorrentes de obrigações de caráter retroativo serão satisfeitas até o dia 21 de janeiro de 2016. **CLÁUSULA SEXTA - PRAZO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIO** - Os salários deverão ser pagos até o 2º (segundo) dia útil do mês subsequente ao vencido. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Na hipótese de descumprimento da norma acima o Sindicato suscitante notificará, por qualquer meio, a Entidade Patronal ora acordante que diligenciará junto à empresa para que a obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 72 (setenta e duas) horas, contadas do recebimento da notificação. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Persistindo o descumprimento, a empresa se obriga a pagar a multa diária de ¼ (um quarto) de dia de salário por dia de atraso em favor do empregado, a vigorar após o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido, ficando a referida multa



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
S E M A P I
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

limitada ao valor do principal. **Descontos Salariais - CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS AUTORIZADOS** –Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de fundações; cooperativas; previdência privada; seguro de vida em grupo; transporte; farmácia; convênios com médicos, dentistas, óticas, funerárias, hospitais, casas de saúde e laboratórios; convênios com lojas; convênios para fornecimento de alimentação e cesta básica; associação e clube de funcionários; e decorrentes de empréstimos através de linhas oficiais de crédito e utilização de cartões de crédito de bancos oficiais estaduais e federais.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas pelo empregado.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo - CLÁUSULA OITAVA - RECIBOS OU ENVELOPES DE PAGAMENTO - A EGR obriga-se a fornecer a seus empregados, no ato de pagamento dos salários, discriminativo dos pagamentos e descontos efetuados, através de cópias dos recibos ou envelopes de pagamento, onde constem, obrigatoriamente, número de horas normais e extras trabalhadas e as comissões pagas.

CLÁUSULA NONA - RELAÇÃO DOS SALÁRIOS - Quando requerido, a EGR se obriga a entregar ao empregado demitido a relação de seus salários durante o período trabalhado, ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC) conforme formulário do INSS, no prazo de 15 (quinze) dias após o requerimento.

CLÁUSULA DÉCIMA - SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIA - O empregado que for designado expressamente para substituir outro que exerça função de chefia com gratificação, por período igual ou superior a 10 (dez) dias consecutivos, fará jus ao recebimento desta gratificação, de forma proporcional aos dias de substituição, sem prejuízo para o substituído, desde que seu contrato de trabalho não esteja suspenso ou interrompido.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros - 13º Salário - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO - A EGR obriga-se a antecipar 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que o requererem até 5 (cinco) dias após o recebimento do aviso das férias. O pagamento será efetivado por ocasião da satisfação do salário de férias.

Adicional de Hora-Extra - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS - As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS TRABALHADAS EM DIAS DE REPOUSO, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS - Os repousos, feriados e pontos facultativos trabalhados quando não compensados deverão ser pagos com adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora laborada, já incluída a dobra da lei.

Outros Adicionais - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - QUEBRA DE CAIXA - É concedida uma indenização a título de "quebra de caixa" aos empregados encarregados de fundos fixos de caixa, constituído na forma das normas vigentes na EGR, e aos empregados que exerçam as funções de caixa ou bilheteiro no valor mensal de R\$ 155,75 (cento e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), excetuando-se os empregados que receberem adiantamentos pecuniários para despesas de pronto pagamento.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica ajustado que ditos valores não farão parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal.

Auxílio Alimentação - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO-REFEIÇÃO/ALIMENTAÇÃO - A EGR concederá, mensalmente, a seus empregados um número de vales-refeição ou vales-alimentação, conforme opção do empregado, equivalente aos dias de efetivo trabalho para a empresa, não devendo ser inferior a 22 (vinte e dois)



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
SEMAPI
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

empregado beneficiado (creches até três anos e pré-escolas a partir dos quatro anos), o auxílio será de R\$ 397,00 (trezentos e noventa e sete reais) por filho, mediante recibo de pagamento de pessoa física. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O auxílio somente será devido até o final do ano em que o filho completar 7 (sete) anos de idade. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - O auxílio será igualmente concedido no período em que o empregado estiver afastado percebendo auxílio doença ou acidente de trabalho. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Caso a despesa não seja comprovada no período máximo de 90 (noventa) dias, o empregado perderá o direito ao ressarcimento do valor correspondente. **PARÁGRAFO QUARTO** - No caso de filho com deficiência, mantidas integralmente as condições previstas na presente cláusula, fica assegurado um auxílio mensal no valor único de R\$ 397,00 (trezentos e noventa e sete reais). **Auxílio Saúde - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PLANO DE SAÚDE** - A EGR participará em Plano de Saúde que beneficie seus empregados e dependentes legais, mediante livre opção dos empregados e observando o que segue: **Opção 1 – Plano Saúde de Entidades de Direito Privado e Outras (exceto IPERGS):** a) A EGR contribuirá mensalmente para este fim com percentual de 4,50% (quatro inteiros e cinquenta centésimos por cento) calculado sobre o somatório da remuneração dos empregados que aderirem ao(s) Plano(s) de Saúde, limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor mensal total efetivamente pago pelo(s) Plano(s) de Saúde Contratado(s). b) Mensalmente, até o último dia útil de cada mês, a pessoa jurídica legalmente constituída (Associação dos Empregados, Sindicato profissional, etc), indicada pelos empregados para a contratação do(s) Plano(s) de Saúde ou acolhimento de Plano(s) de Saúde diretamente contratados pelos empregados, deverão encaminhar à EGR, relação contendo os nomes de empregados que optarem pelo(s) Plano(s), o somatório de suas remunerações, o somatório dos valores efetivamente pagos pelo(s) Plano(s) de Saúde e o somatório dos valores da contribuição patronal resultante da aplicação do regramento estabelecido nesta cláusula, com vistas à participação da EGR de que trata o item anterior. c) O repasse dos recursos de que trata o item "a" à pessoa jurídica legalmente constituída (Associação dos Empregados, Sindicato Profissional, etc.), indicada pelos empregados para a contratação do(s) Plano(s) de Saúde ou acolhimento de Plano(s) de Saúde diretamente contratado(s) pelos empregados, será procedido até o 5º (quinto) dia útil de cada mês. Na hipótese de atraso no repasse dos recursos pela EGR, por omissão única e exclusivamente desta ou do Governo Estadual, ensejando tal ato o pagamento de multas e outras penalidades contratuais, serão as mesmas suportadas pela EGR. d) O regramento do rateio do valor correspondente à participação da EGR em Plano(s) de Saúde de que trata o item "a" ficará a cargo dos empregados optantes pelos Plano(s) de Saúde em decisão tomada pelos mesmos em assembleia específica, sendo vedado o ressarcimento individualizado em valor superior ao da despesa mensal do titular e seus dependentes legais paga pelo empregado; e) Fica acertado que a utilização da estrutura humana e física da EGR se dará na forma em que for negociada pelas partes; f) Compete à EGR a fiscalização da gestão financeira dos recursos e de sua efetiva aplicação para este exclusivo fim, sendo que, em caso de aplicação indevida, será automaticamente cancelada a contribuição da EGR. g) As partes comprometem-se, através de Comissão Paritária constituída de representantes do sindicato acordante, a verificar permanentemente o fiel cumprimento das normas estabelecidas para a opção 1. **Opção 2 – Plano Ipe-Saúde Contratado via Empregador:** a) A EGR contribuirá mensalmente para o IPE-SAÚDE com percentual de 50% (cinquenta por cento) da contrapartida



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
SEMAPI
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

financeira mensal prevista no Termo de Contrato de Prestação de Serviços firmado entre a EGR e o Instituto de Previdência do Estado do RS; b) A contrapartida financeira dos empregados optantes será equivalente a contrapartida financeira mensal patronal acima fixada (letra "a"); c) Simultaneamente ao firmamento da opção pelo plano, os empregados deverão autorizar o desconto da contrapartida financeira que lhe couber em folha de pagamento do mês de competência; d) O Termo de Contrato de Prestação de Serviços relativos ao IPE-SAÚDE é parte integrante do Termo de Opção firmado pelo empregado. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Os empregados que estejam com o contrato de trabalho suspenso e em gozo de benefício previdenciário, caso não formalizem a sua exclusão, permanecerão como beneficiários do Plano, sendo a contrapartida paga na tesouraria, no caso da opção 2 e à pessoa jurídica indicada pelos empregados no caso da opção 1. **Auxílio Morte/Funeral - CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO-FUNERAL** - O empregador fornecerá um auxílio-funeral ao cônjuge, ascendente, descendente, responsável legal ou dependente do empregado falecido, no valor de R\$ 3.756,00 (três mil setecentos e cinquenta e seis reais), pago em uma única parcela. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Na hipótese do empregado falecido não possuir cônjuge, ascendente, descendente, responsável legal ou dependentes o valor do auxílio deverá ser destinado pela empresa para pagamento das despesas com o funeral do empregado, limitado ao valor efetivamente gasto. **Seguro de Vida - CLÁUSULA VIGÉSIMA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO** - O empregador manterá, a partir de 1º de junho de 2015, apólice de seguro de vida em grupo beneficiando seus empregados - de adesão facultativa -, nos seguintes valores: R\$ 14.142,10 (quatorze mil cento e quarenta dois reais com dez centavos) por morte natural e invalidez funcional permanente total por doença e R\$ 28.284,20 (vinte e oito mil duzentos e oitenta e quatro reais com vinte centavos) por morte acidental ou invalidez permanente por acidente. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O empregador participará com 90% (noventa por cento) do valor do prêmio, cabendo o pagamento dos 10% (dez por cento) restantes aos empregados. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica facultada a extensão do benefício previsto no "caput" da presente cláusula, através da incorporação à apólice do benefício de assistência funeral, desde que não implique em acréscimo no valor do prêmio a ser pago pela empresa empregadora e beneficiados. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - Na hipótese de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho por motivo de doença ou acidente, fica garantida a permanência do empregado optante no grupo de trabalhadores beneficiados pelo seguro de vida, desde que recolha, na data aprezada e em tesouraria, os valores correspondentes a sua participação no valor do prêmio na forma prevista no parágrafo primeiro. **Contrato de Trabalho - Admissão, Demissão, Modalidades - Desligamento/Demissão - CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRAZO DE PAGAMENTO DE RESCISÕES** - Quando da rescisão do contrato de trabalho, ficará a EGR obrigada ao pagamento dos direitos rescisórios e anotações na CTPS, nos seguintes prazos: **a)** até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato; ou **b)** até o décimo dia, contado da data da notificação da demissão, quando da ausência de aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A inobservância dos prazos acima sujeitará o infrator às multas previstas no Parágrafo 8º do Art. 477 da CLT. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Caso o pagamento das verbas rescisórias seja efetuado desacompanhado do termo de rescisão do contrato de trabalho (TRCT), da cópia impressa do requerimento de Seguro Desemprego Empregador WEB, bem como da guia de recolhimento rescisório do FGTS e contribuição social, a EGR terá o prazo máximo de 3 (três) dias, contados da data final para



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
SEMAPI
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

pagamento das verbas rescisórias, para fornecer tais documentos ao empregado demitido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JUSTA CAUSA - ESPECIFICAÇÃO DOS MOTIVOS - Nas hipóteses de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, deverá o empregador comunicar o empregado, por escrito, dos motivos que ensejaram a decisão.

Aviso Prévio - CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO - O empregado que no curso do aviso prévio dado pelo empregador obtiver novo emprego, será dispensado do cumprimento do restante do mesmo, ficando ajustado, porém, que somente serão pagos pelo empregador, nesta hipótese, os dias efetivamente trabalhados, bem como as demais parcelas rescisórias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DA DISPENSA DO AVISO PRÉVIO - Se a EGR dispensar seus empregados de comparecer ao trabalho durante o aviso prévio, se obriga a proceder a anotação correspondente no verso do próprio aviso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO ESPECIAL - A EGR concederá aviso prévio de 60 (sessenta) dias aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e com mais de 5 (cinco) anos de trabalho para o mesmo empregador, desde que atendidos ambos os requisitos.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação - CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO - A EGR obriga-se a entregar ao empregado, no ato de admissão, cópia do contrato de trabalho, caso o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PLANO DE CARREIRA - A empresa se compromete quando da instituição e/ou revisão do seu atual Plano de Carreira, a executá-la através de Comissão Paritária constituída de representantes do sindicato profissional, ora acordante, e da empresa.

Relações de Trabalho - Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades Ferramentas e Equipamentos de Trabalho - CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FORNECIMENTO DE UNIFORMES - Se a EGR exigir o uso de uniformes, fica obrigada a fornecê-los sem qualquer ônus para seus empregados, ficando ajustada a devolução dos mesmos, no estado em que se encontrarem, no caso de substituição ou rescisão contratual.

Assédio Moral - CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRANGIMENTO MORAL - A EGR obriga-se a implementar orientações de conduta comportamental aos seus supervisores, gerentes e dirigentes para que, no exercício de suas funções, visem evitar ou coibir práticas que possam caracterizar agressão e constrangimento moral ou antiético a seus subordinados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Na hipótese de denúncia por parte de empregado, fica garantida a imediata reunião do sindicato com a EGR, para avaliação e acompanhamento da referida denúncia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao empregado denunciante de constrangimento moral, fica garantido que a denúncia não será fato gerador de prejuízo funcional ou de penalização.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Subsidiariamente e completamente, serão aplicadas as normas e regras da Lei Complementar nº 12.561/2006.

PARÁGRAFO QUARTO - Sempre que houver a ocorrência de ato de constrangimento moral constatada pelos trabalhadores, estes deverão fazer uma notificação do ocorrido junto a CIPA, que registrará em documento com data e assinado pelos cipeiros membros da comissão.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional - CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE DO ACIDENTADO - O empregado que sofrer acidente de trabalho, nos termos do Art. 118 da Lei nº 8.213/91, tem garantida a manutenção do seu contrato de trabalho, pelo prazo mínimo de doze meses após a cessação do auxílio doença acidentário, independentemente de percepção de auxílio acidente.

Outras normas referentes a



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
S E M A P I
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

condições para o exercício do trabalho - CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONFERÊNCIA DE CAIXA - A conferência de caixa será obrigatoriamente, procedida à vista do empregado por ela responsável, sob pena de impossibilidade posterior de qualquer compensação. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - IMPOSSIBILIDADE DO DESCONTO DE CHEQUES** - A EGR não poderá descontar de seus empregados, que exerçam função de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem cobertura ou fraudulentamente emitidos, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para aceitação de cheques. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - HORAS TRABALHADAS EM DIAS DE REPOUSOS, FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS** - Os repousos, feriados e pontos facultativos trabalhados, não compensados, deverão ser pagos com adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora laborada, já incluída a dobra da lei. **Outras normas de pessoal - CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO** - A EGR obriga-se a promover a anotação, na Carteira de Trabalho do empregado, da função por ele efetivamente exercida no estabelecimento e em conformidade com a nomenclatura adotada no respectivo plano de empregos, funções e salários em vigor. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL** - A EGR obriga-se a adotar política de recursos humanos que promova, através de profissionais legalmente habilitados, a capacitação e o aperfeiçoamento profissional de seus empregados. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - SINDICÂNCIA** - Será garantido ao empregado que estiver submetido a Sindicância Administrativa, quando de sua oitiva, o acompanhamento por advogado. O afastamento do empregado somente ocorrerá se comprovada a necessidade para a preservação da integridade física e ou moral. **Jornada de Trabalho - Duração, Distribuição, Controle, Faltas - Duração e Horário - CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - JORNADA MÁXIMA DE TRABALHO** - Fica garantida aos integrantes da categoria profissional uma jornada semanal máxima de trabalho de 40 (quarenta) horas, ressalvados os empregados que trabalham em jornada inferior por imposição legal, sem prejuízo da remuneração do empregado. **Compensação de Jornada - CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - REGIME DE COMPENSAÇÃO SEMANAL DA JORNADA DE TRABALHO** A EGR, respeitada a jornada semanal legal de trabalho, poderá ultrapassar a duração normal diária de trabalho até o máximo permitido por lei, desde que compense as horas trabalhadas em outro dia da mesma semana, hipótese em que estas horas não serão consideradas como trabalho extraordinário. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** Se a EGR adotar a sistemática de compensação horária também está obrigada a respeitar o intervalo mínimo de uma (01) hora entre turnos. **PARÁGRAFO SEGUNDO** - Fica respeitada a carga horária semanal de trabalho praticada pela EGR na data em que o presente acordo passa a vigorar, desde que inferior ao limite legal. **PARÁGRAFO TERCEIRO** - A faculdade ora estabelecida se aplica a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o artigo 60 da Consolidação das Leis do Trabalho. Em caso de atividade insalubre e adotado o regime compensatório, a EGR deverá dar ciência da opção ao sindicato profissional acordante. **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA NO MÊS** - A EGR, respeitada a jornada mensal legal ou contratual de trabalho, poderá ultrapassar a duração normal diária até o máximo permitido em lei, visando a compensação das horas não trabalhadas em outros dias do mesmo mês, desde que ajustem a sistemática em acordo coletivo de trabalho, com a participação do sindicato laboral ora acordante, hipótese em que o acréscimo diário de horas não será considerado trabalho extraordinário. **Faltas** -



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
SEMAPI
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE - Os empregados estudantes com jornada diária de trabalho igual ou superior a 8 (oito) horas, em dia de realização de provas finais de cada semestre, se matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas serão dispensados de seus pontos durante meio expediente desde que comuniquem à empresa 48 (quarenta e oito) horas antes e comprovem posteriormente, no mesmo prazo, o fato gerador de sua ausência. **PARÁGRAFO ÚNICO** Caso a matrícula do empregado estudante em escola oficial ou reconhecida coincida com o seu horário de trabalho, será ele dispensado de seu ponto pelo tempo necessário desde que comunique à empresa 48 (quarenta e oito) horas antes e comprove posteriormente, no mesmo prazo, o fato gerador de sua ausência. **Jornadas Especiais (mulheres, menores, estudantes)**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO DO ESTUDANTE - Fica vedada a prorrogação e/ou alteração da jornada de trabalho que vier a prejudicar a frequência às aulas e/ou exames escolares do estudante, desde que devidamente comprovado pelo empregado estudante. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - ESTÁGIO OBRIGATÓRIO** - Os empregados estudantes, desde que o curso que frequentam exija estágio prático obrigatório para sua habilitação, terão dispensa de um turno de trabalho para realizá-lo, condicionado a comprovação mediante documento fornecido pela instituição de ensino contendo o período de estágio, desde que limitado a um semestre podendo, por exigência do currículo, ser prorrogado até três meses. **Outras disposições sobre jornada**

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - FILHO COM DEFICIÊNCIA O empregado pai, mãe ou responsável legal com carga horária igual ou superior a 40 (quarenta) horas semanais será dispensado do trabalho por período de 50% (cinquenta por cento) de sua carga horária normal, sem prejuízo salarial, para conduzir filho com deficiência de qualquer idade, natural ou adotivo, a atendimento de suas necessidades de saúde e educação, desde que reúna as seguintes condições: a) em se tratando de empregada mulher, na hipótese de ser responsável pelo filho; ou b) em se tratando de empregado do sexo masculino, desde que seja o único responsável pelo filho, ou na hipótese da esposa também responsável cumprir jornada diária de trabalho, devidamente comprovada, de 8 (oito) horas. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** O afastamento de que trata o "caput" dependerá de requerimento do interessado ao titular ou dirigente máximo do órgão em que estiver lotado e será instruído com certidão de nascimento e atestado médico de que o filho deficiente se encontra em tratamento e necessita assistência direta do pai ou mãe. **PARÁGRAFO SEGUNDO** A referida licença será concedida pelo prazo máximo de 12 (doze) meses, podendo ser renovada, sucessivamente, por períodos iguais, mediante laudo médico. **PARÁGRAFO TERCEIRO** Encaminhado o pedido inicial ou a solicitação de prorrogação ou renovação da autorização, o empregado, automaticamente, gozará deste benefício, passados 15 (quinze) dias do protocolo do expediente, cabendo a autoridade ou dirigente todas as responsabilidades, principais e acessórias, para sua implementação.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - TRABALHO EXTERNO - Os empregados representados pela categoria profissional acordante que exercerem funções de serviço externo, incompatível com controle horário, não são abrangidos pelo regime previsto no Capítulo II da Consolidação das Leis do Trabalho. A estes trabalhadores não se aplicam, de igual forma, as disposições desta convenção coletiva que versam sobre duração do trabalho e horas extras. **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ATRASO AO SERVIÇO** A EGR não poderá descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente, quando o empregado, apresentando-se atrasado no horário de serviço,



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
SEMAPI
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

tiver seu trabalho permitido naquele dia. **Férias e Licenças - Licença Remunerada - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - LICENÇA NOJO** - A EGR concederá a seus empregados licença nojo de 09 (nove) dias consecutivos e sem prejuízo de seus salários, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão, companheiro e enteado. **PARÁGRAFO ÚNICO** A EGR concederá a seus empregados licença nojo de 03 (três) dias consecutivos e sem prejuízo de seus salários em caso de falecimento de pessoa que, declaradamente (documento formal), viva sob sua dependência econômica. **Licença Adoção CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - LICENÇA PARA FINS DE ADOÇÃO** Nos casos de adoção de crianças com menos de 12 (doze) anos de idade, serão concedidos aos empregados adotantes 6 (seis) meses de licença, nos termos da Lei nº 11.770, de 09 de setembro de 2008, a partir da autorização judicial de guarda e responsabilidade do adotando, e desde que o esposo(a) ou companheiro(a) não perceba tal benefício em seu emprego. **Outras disposições sobre férias e licenças CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - ESCALA DE FÉRIAS** - Serão imediatamente constituída Comissão Paritária na EGR, com objetivo de elaborar escala de férias compatível com os interesses dos empregados e empregador, respeitadas as normas vigentes emanadas do Governo Estadual. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** Os empregados, inclusive os maiores de quarenta e cinco anos, poderão requerer o fracionamento das férias, em período não inferior a 10 (dez) dias corridos, sendo o pedido considerado na elaboração da escala de férias. **PARÁGRAFO SEGUNDO** Os membros de uma família terão direito a gozar férias em um mesmo período se assim o desejarem e caso a saída concomitante não enseje prejuízo para a prestação dos serviços regulares da EGR. **Saúde e Segurança do Trabalhador - Equipamentos de Proteção Individual - CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - FORNECIMENTO DE EPI** - A EGR deverá fornecer aos seus empregados, sem quaisquer ônus a estes últimos, equipamentos de proteção individual quando este forem imprescindíveis ao desempenho da função exercida nos termos da legislação vigente. **Aceitação de Atestados Médicos CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - ATESTADO DE DOENÇA** A EGR obriga-se a aceitar, para todos os efeitos, atestados de doença fornecidos por médico próprio da EGR; médico em convênio mantido pela EGR; médico em convênio reconhecido pela EGR; profissionais credenciados pelo INSS/SUS bem como, com os mesmos efeitos: Boletim de Atendimento expedido em caso de emergência ou Comprovante de Atendimento expedido em caso de emergência. **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO** - A EGR se obriga a cumprir as portarias e normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho vigentes, inclusive a implantar o SESMT - Serviço Especializado de Segurança e Medicina do Trabalho, conforme estabelece a legislação específica. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** A EGR fica desobrigada de indicar médico coordenador do PCMSO, quando enquadrada o grau de risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR 4, se possuir até 50 (cinquenta) empregados no estabelecimento. **PARÁGRAFO SEGUNDO** Se possuir até 20 (vinte) empregados no estabelecimento, enquadradas no grau de risco 3 ou 4, segundo o Quadro I da NR 4, fica desobrigada de indicar médico do trabalho coordenador do PCMSO. **PARÁGRAFO TERCEIRO** Se a EGR estiver enquadrada no grau de risco 1 ou 2 do Quadro I da NR 4, estará obrigada a realizar o exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 270 (duzentos e setenta) dias. **PARÁGRAFO QUARTO** Se a EGR



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
S E M A P I
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

estiver enquadrada no grau de risco 3 ou 4 do Quadro I da NR 4, estará obrigada a realizar o exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 180 (cento e oitenta) dias. **Relações Sindicais - Representante Sindical - CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EMPREGO DO DELEGADO SINDICAL -** A EGR reconhecerá a estabilidade provisória de um Delegado Sindical eleito pelos empregados durante o mandato e até 1 (um) ano após o término do mesmo. **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**
CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - LIBERAÇÃO PARA ATIVIDADES SINDICAIS A EGR, mediante solicitação prévia encaminhada pelo SEMAPI, liberará 01 delegado sindical de suas obrigações profissionais, sem prejuízo salarial, sempre que a ausência ao trabalho for necessária ao atendimento de atividades sindicais de cunho deliberativo, limitadas a 12 (doze) reuniões ordinárias e 6 (seis) extraordinárias durante a vigência da presente convenção. **PARÁGRAFO ÚNICO** Estabelecem as partes que cada reunião prevista no caput desta cláusula corresponde, no máximo, a 1 (um) dia útil. **Contribuições Sindicais CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - MENSALIDADE DO SEMAPI** - As mensalidades descontadas dos associados do SEMAPI, em folha de pagamento, deverão ser repassadas ao Sindicato acordante até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido. **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL** - A EGR descontará de todos os seus empregados, associados ou não, beneficiados ou não com as cláusulas da presente convenção, o valor correspondente a 2 (dois) dias de salário, em quatro parcelas iguais, mensais e descontadas dos salários dos meses de fevereiro, abril, maio e junho de 2016, recolhendo as respectivas importâncias à conta do SEMAPI, até os 10 (dez) dias subsequentes de cada mês, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** A validade do desconto a que se refere a presente cláusula fica condicionada a não oposição pelo empregado, manifestada individualmente e por escrito, devidamente identificada, contendo a razão social e CNPJ do empregador, perante o sindicato profissional, por carta ou pessoalmente na sede da entidade, em algum dos seguintes períodos e condições, à escolha do empregado: I - Por carta identificada e assinada pelo empregado, postada nos correios em envelope individual, e acompanhada de cópia de documento de identidade com assinatura e dados para contato - telefone e/ou endereço eletrônico, no prazo de 20 (vinte) dias a contar do registro desta convenção coletiva no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, considerando para validade a data da postagem nos correios; ou II - Pessoalmente, na sede do sindicato, e mediante apresentação de comprovante do desconto feito pelo empregador, a partir do 5º (quinto) dia útil e até os 10 (dez) dias úteis subsequentes do mês do recebimento do salário em que ficar estabelecido o primeiro desconto da contribuição assistencial; ou, ainda III - Por carta identificada e assinada pelo empregado, postada nos correios, em envelope individual, mediante envio de comprovante do desconto feito pelo empregador e cópia de documento de identidade com assinatura, bem como dados para contato - telefone e/ou endereço eletrônico, além de identificação da conta corrente bancária; banco, agência e número de conta, a partir do 5º (quinto) dia útil e até os 15 (quinze) dias úteis subsequentes do mês do recebimento do salário em que ficar estabelecido o primeiro desconto da contribuição assistencial, considerando para validade a data da postagem nos correios. **PARÁGRAFO SEGUNDO** Não serão aceitas as oposições fora do prazo estabelecido na presente



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
S E M A P I
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

cláusula, exceto no caso de o empregado estar de férias, doente ou impossibilitado, por qualquer motivo, de exercer o direito de oposição nos períodos acima previstos, quando ser-lhe-á assegurada essa possibilidade, por carta ou pessoalmente na sede do sindicato, nos termos do parágrafo primeiro, incisos II e III, exceto datas, no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu retorno ou após cessada a causa que o impossibilitava de manifestar-se, desde que comprove ao sindicato a impossibilidade ocorrida. **PARÁGRAFO TERCEIRO** Caso reste evidente ou haja fundados indícios de que o empregado foi induzido ou constrangido a se opor ao pagamento da contribuição assistencial por seu empregador ou entidade a ele relacionada, não decorrendo, assim, a manifestação de oposição de sua livre vontade, o sindicato comunicará a Procuradoria Regional do Trabalho, ficando a aceitação ou não da oposição suspensa até a conclusão do expediente a ser instaurado pelo Ministério Público.

PARÁGRAFO QUARTO A oposição realizada nos moldes previstos no parágrafo primeiro abrangerá também as subsequentes, previstas para o período de vigência da presente convenção coletiva. **PARÁGRAFO QUINTO** O direito de oposição poderá ser exercido também pelos empregados que ingressarem na categoria após o decurso dos prazos acima, desde que o façam em até 15 dias após o primeiro desconto salarial que sofrerem a título de contribuição assistencial, por carta ou pessoalmente na sede do sindicato, nos termos do parágrafo primeiro, incisos II e III, exceto datas.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - A empregadora dos trabalhadores beneficiados pela presente convenção contribuirão para os cofres do SESCON/RS com importância equivalente a 1/30 avos do total da folha de pagamento do mês de fevereiro de 2016. O presente recolhimento, que se constitui em ônus do empregador, deverá ser realizado até o dia 07 de março de 2016. **PARÁGRAFO ÚNICO** - O não recolhimento na forma e no prazo estabelecido no "caput" da presente cláusula implicará nas cominações previstas no art. 600 da CLT.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa - **CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - CÓPIA DAS GUIAS DE CONTRIBUIÇÃO** - A EGR fica obrigada a encaminhar às entidades acordantes, cópia das Guias de Contribuição Sindical e Desconto Assistencial, acompanhadas da Relação Nominal de Empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após os respectivos recolhimentos.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - QUADRO MURAL - Mediante comunicação prévia ao empregador pelo sindicato suscitante, fica permitida a divulgação, em quadro mural exclusivo e de fácil acesso aos empregados, de editais, avisos e notícias editadas pelo sindicato e associações, desde que não contenham matéria de cunho partidário ou ofensivo ao empregador.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - GARANTIA DE EMPREGO DO REPRESENTANTE DE ÁREA - A EGR reconhecerá a estabilidade provisória do Representante de Área, eleito na forma do estatuto social do SEMAPI, durante o mandato e até 1 (um) ano após o término do mesmo.

Disposições Gerais - Descumprimento do Instrumento Coletivo - **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULA** - Na hipótese de descumprimento de alguma cláusula ou condição contida no presente acordo, o sindicato profissional notificará o sindicato patronal acordante que em 48 (quarenta e oito) horas, diligenciará junto a EGR para que cumpra a condição ajustada. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Na hipótese de descumprimento de disposição prevista no presente acordo que contenha obrigação de fazer, o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul, notificará, por qualquer meio, a entidade patronal acordante, que diligenciará junto a EGR para que a



SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO,
SEMAPI
PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RS

obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação. **Outras Disposições - CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - RESGUARDO DE DIREITOS** - Ficam respeitados todos os acordos, individuais ou coletivos, formalmente estabelecidos ou em execução de fato, durante o período de vigência porventura neles fixados, existentes entre a EGR e seus empregados. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - ADVERTÊNCIA ADMINISTRATIVA** - Na hipótese do empregado receber penalidade administrativa, será facultado ao mesmo a apresentação de defesa escrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis da ciência da penalidade, tendo o empregador até 05 (cinco) dias improrrogáveis para responder. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA TERCEIRA - DOS BENEFICIADOS NA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO** - O presente instrumento irá abranger, exclusivamente, os empregados representados pelo sindicato profissional que laboram na EGR - Empresa Gaúcha de Rodovias S/A. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUARTA - REGISTRO FGTS NO CONTRA-CHEQUE** - A EGR, em cumprimento ao artigo 17 da Lei 8.036/90, discriminará nos contracheques e ou recibos salariais de todos os seus empregados, os valores recolhidos ao FGTS naquele mês. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE DIREITOS ÀS UNIÕES ESTÁVEIS** - Fica garantido a extensão dos direitos da presente convenção coletiva de trabalho às uniões estáveis de casais, sem discriminação de qualquer natureza, inclusive de orientação sexual. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEXTA - LICENÇA PATERNIDADE** - O empregado terá direito a uma licença remunerada de 8 (oito) dias consecutivos a contar da data de nascimento de seu filho(a), independente das férias a que tenha direito. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SÉTIMA - FÉRIAS - DIA DE INÍCIO** - O início de férias não poderá coincidir com os descansos semanais remunerados ou feriados. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA OITAVA - LICENÇA GALA** - Fica estabelecido que os empregados da categoria terão direito a 9 (nove) dias de licença remunerada subsequentes à gala. **CLÁUSULA SEXAGÉSIMA NONA - FICHA LIMPA** - A ocupação de empregos de confiança ou em comissão é privativa àqueles que não estiverem cumprindo penalidades impostas pelas Leis Complementares nº 64/1990 e 135/2010. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA - ABONO NATALINO - AUXÍLIO-RANCHO SUPLEMENTAR** - Fica estabelecido a concessão de auxílio-rancho suplementar no mês de dezembro de cada ano, no valor de R\$ 543,84 (quinhentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) por empregado, que será alcançado à razão de 22 (vinte e dois) vales-alimentação. **Parágrafo Único:** O auxílio-rancho suplementar previsto no caput deverá ser alcançado até o dia 20 (vinte) do referido mês. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA PRIMEIRA - GARANTIAS ÀS VÍTIMAS DE ASSÉDIO** - Serão garantidos emprego e salário à vítima de assédio após a denúncia pelo prazo de 12 (doze) meses, devidamente fundamentada dos fatos ocorridos, a direção da fundação, ao sindicato e/ou autoridade competente assim como acompanhamento da apuração da denúncia. **CLÁUSULA SEPTAGÉSIMA SEGUNDA - PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES NACIONAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS** - A EGR compromete-se em elaborar previamente escalas de trabalho dos empregados em turnos especiais de trabalho e plantões, que não comprometam o livre exercício do voto. **PARÁGRAFO ÚNICO** Os empregados convocados pela justiça eleitoral terão a compensação destes dias em data de sua livre escolha. Nada mais tendo a constar, foi lavrada a presente ata, a qual vai devidamente assinada pelo diretor do SEMAPI, João Gabriel Rosa dos Santos.